



INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DA UNIVERSIDADE DA INTEGRÇÃO  
INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA  
INSTITUTO DE HUMANIDADES  
CURSO DE SOCIOLOGIA

Rumano Regna

**AS ELITES POLÍTICAS E O DESENVOLVIMENTO NA GUINE-BISSAU**

Acarape – CE  
2019

Rumano Regna

**AS ELITES POLÍTICAS E O DESENVOLVIMENTO NA GUINE-BISSAU**

Artigo apresentado ao curso Sociologia da Sua Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito parcial para a Obtenção do grau de Licenciatura em Sociologia.

**Orientadora:** Anne Sophie Marie Frederique Gosselin da Silva

Rumano Regna<sup>1</sup>

## **AS ELITES POLÍTICAS E O DESENVOLVIMENTO NA GUINE-BISSAU**

Artigo apresentado ao curso Sociologia da Sua Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito parcial para a Obtenção do grau de Licenciatura em Sociologia.

**Orientadora:** Anne Sophie Marie Frederique Gosselin da Silva

Aprovado em: 02/09/ 2019.

### **BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Anne Sophie Marie Frederique Gosselin da Silva – Orientadora  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Joalice Santos Conceição - Examinadora  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

---

Prof. Dr<sup>o</sup>. Ricardino Jacinto Dumas – Examinador  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILA

---

<sup>1</sup> aluno do Curso de Licenciatura em Sociologia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira sob a orientação da Profa. Dra. Anne Sophie Marie Frederique Gosselin da Silva

## RESUMO

O presente artigo discute as elites políticas e o desenvolvimento na Guiné-Bissau, tendo em foco dois projetos estatais da Guiné-Bissau que envolveram a personalidade do presidente da República e então primeiro Ministro que foi deposto quase dois anos do seu mandato. Neste artigo, considera-se o conceito de elite africana e o seu enquadramento na sociedade guineense desde a administração colonial até a reafirmação das suas posições após a independência na base da análise da execução dos projetos *Mon na Lama* e *Terra Ranka*. Dito isso, o trabalho adota uma abordagem qualitativa do tipo bibliográfica e documental, na base de artigos da imprensa online, em particular no site do jornal online [www.odemocratagb.com](http://www.odemocratagb.com), com vista a obter informações sob o tema da pesquisa.

**Palavras-Chave:** Elite política; Desenvolvimento; Terra Ranka; Mon na Lama; Guiné-Bissau

**Abstract:** This present paper discusses political elites and development in Guinea-Bissau, focusing on two Guinea-Bissau state projects that involved the personality of the President of the Republic and then Prime Minister who was deposed almost two years from his term. The paper considered the concept of the African elite and its framing in Guinean society from the colonial administration to the reaffirmation of their positions after independence on the basis of the analysis of the execution of *Mon na Lama and Terra Ranka* projects. The paper adopted a qualitative approach of the bibliographic and documentary type, based on articles from the online press, in particular on the website of “O democrata” online newspaper with a view to obtaining information on the subject of research.

**Keywords:** Political Elite; Development; Terra Ranka; Mon na Lama; Guinea-Bissau.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
AS ELITES POLÍTICAS E O DESENVOLVIMENTO NA GUINÉ-BISSAU.....	8
O CONCEITO DAS ELITES E O SEU ENQUADRAMENTO NA SOCIEDADE GUINEENSE.....	17
ANÁLISE DE DOIS PROJETOS ESTRATÉGICOS DE DESENVOLVIMENTO DA GUINÉ-BISSAU: TERRA RANKA E MON NA LAMA .....	19
TERRA RANKA (TERRA ARRANCA) .....	20
MON NA LAMA (MÃO NA LAMA).....	21
AS ORIGENS DO IMPASSE NA EXECUÇÃO DE DOIS PROJETOS ESTATAIS DE GUINÉ-BISSAU .....	23
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	25
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	27

## INTRODUÇÃO

Este artigo busca analisar as elites políticas no desenvolvimento na Guiné-Bissau: na perspectiva da sociologia das elites. A discussão destaca os dois projetos estratégicos do desenvolvimento da Guiné-Bissau, sob liderança do presidente da República José Mário Vaz (Jomav) e do então Primeiro Ministro Domingos Simões Pereira (DSP) da última legislatura de 2014.

Por um lado, o trabalho visa entender o conceito das elites e o seu enquadramento na sociedade guineense. Para isso, trazemos a análise de dois projetos estratégicos de desenvolvimento estatal da Guiné-Bissau, que envolvem as duas personalidades do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), a maior força política na Guiné-Bissau e vencedor das últimas eleições (legislativas e presidenciais de 2014).

Os projetos em jogo são **Mon na Lama (Mão na Lama)** o projeto liderado pelo presidente Jomav e com o objetivo de projetar o país na senda do desenvolvimento sem necessidade de exploração do seu petróleo, bauxite, fosfato e outros recursos naturais e **Terra Ranka (País Arranca)** do então Primeiro Ministro DSP, com o título de “Plano Estratégico e Operacional” que a Guiné-Bissau levou à mesa redonda de Bruxelas de 25 de março de 2015 aos seus parceiros<sup>2</sup> internacionais para mobilizar os fundos que serão canalizados para materialização do seu plano estratégico de governação de curto e longo prazo e que foi dividido em seguintes período: 2015 a 2020 e 2020 a 2025.

O projeto estratégico de desenvolvimento econômico, social, político e sustentável que nem conseguiu se concretizar após seu líder DSP ser deposto, um ano depois da sua governação pelo Jomav. Com base nisso, analisamos as origens do desentendimento na execução de dois projetos estatais de Guiné-Bissau.

Escolhemos esta temática, tendo em conta, o estudo feito na conclusão do meu curso de graduação em Ciências Humanas sob o tema “As Disputas entre as Elites Civas e Militares na Guiné-Bissau (O Caso do 7 de junho de 1998)”. A pesquisa atual pretende estudar aquilo que parece ser um fenômeno vicioso no cenário político guineense

Neste sentido, decidimos escolher os projetos **Terra Ranka** de incentivo ao processo de industrialização e **Mon na Lama**, de promoção e valorização agrícola, o que nos interessa é analisar o impasse político que os marcou, uma vez que os dois projetos têm como objetivo principal de desenvolver o país. Também buscamos compreender as potenciais razões da discórdia na execução de dois projetos.

---

<sup>2</sup> Banco Mundial, União Europeia, Nações Unidas e a República do Senegal e entre os outros.

Para tanto, adotamos uma perspectiva de pesquisa qualitativa do tipo bibliográfica e documental, na base de artigos da imprensa online, em particular no site do jornal online [www.odemocratagb.com](http://www.odemocratagb.com). Para Fonseca (2002 apud Gerhardt, 2009, p. 37) qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já foi escrito sobre o assunto. Existem, contudo, pesquisas científicas que se apoiam unicamente na pesquisa bibliográfica com objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura uma resposta.

Trazemos alguns autores chaves como Nkrumah e Barros que serviram de referenciais teóricas adotadas neste artigo.

## **AS ELITES POLÍTICAS E O DESENVOLVIMENTO NA GUINÉ-BISSAU**

No que se refere às elites e o desenvolvimento de um país africano como Guiné-Bissau, é preciso saber como são formadas essas elites e as suas visões políticas para garantir melhores condições de vida para sociedade em geral e proporcionar as políticas públicas que atendem os que mais necessitam das necessidades básicas que nem se quer são ainda asseguradas por essas elites políticas.

Bury (1955, apud Nardi, 1993, p, 52), entende a ideia de progresso como uma “fusão do passado e uma profecia do futuro”. Isso quer dizer que progresso para ele é um processo que decorre de uma forma única, ou seja, que segue a direção de uma única forma. Foi a nossa intenção trazer a ideia de progresso para explicar a noção de evolução que está relacionada com a obra de Darwin “A origem das Espécies”, obra que provocou debates na época, sobretudo filosóficos e políticos sobre etapas de avanço no processo de desenvolvimento da humanidade.

No entanto, para determinar as bases teóricas da evolução social Nisbet (1969), citado por Nardi (1993, p. 53) vem nos trazer as premissas da teoria de evolução para “a compreensão do pensamento de desenvolvimento que veio a se consolidar no século XX”.

Nessas premissas Nardi (1993) considera primeiramente que a “*mudança é algo natural*” e que é entendida na perspectiva evolucionista como algo ligado ao tempo e a sociedade. Portanto, percebemos que a segunda premissa talvez explicaria melhor “a mudança como um processo direcional que possui o começo, meios e fins”.

Por outro lado, o mesmo considera a mudança como algo contínuo que ocorre de geração em geração e também algo necessário como o desenvolvimento social que é contínuo



e necessário. Isso fez com que trazemos a última premissa que destaca a mudança como algo que deriva de causas uniformes, o que não significa que todas as mudanças ocorrem de mesma forma em todas as áreas.

Vale destacar o método comparativo que não só servia para estabelecer o distanciamento entre as sociedades, mas como forma de apreciação do próprio desenvolvimento ocidental, partindo dos elementos que já

Assim, percebe-se que o método comparativo é de extrema importância no processo de consolidação do pensamento desenvolvimentista, e está ancorado fundamentalmente na aceitação da ideia de que há uma tendência evolutiva na vida humana, ou seja, as sociedades inevitavelmente progredem (NARDI, 1993, p. 54-55).

Assim sendo, trazemos a palavra modernização para compreender o processo de evolução que muitos pensam que as sociedades têm a tendência de sair de um estágio, ou seja, de uma condição tradicional e passando para moderna marcada por um alto grau de tecnologia, industrialização e urbanização, como afirma Parsons (1964 apud Nardi, 1993, p. 55).

Muitos teóricos criticam essa teoria por generalizações equivocadas no campo das ciências sociais. [...]. Apesar das divergências teóricas sobre o tema, é inegável a influência dessa teoria em disciplinas como a história, ciência política, sociologia e economia no século XX. Mesmo no século XXI, a teoria da modernização continua a exercer seu papel de destaque e os debates em torno do que seria modernização e como alcançá-la ainda possuem profundas divergências teóricas (NARDI, 1993, p. 55).

O mesmo vem trazendo a diferenciação social como a principal característica para classificar as sociedades “mais evoluídas” e “menos evoluídas” e dando às sociedades ditas modernas domínio do espírito individual correlação ao coletivo.

No entanto, a argumentação em Durkheim se distancia do individualismo presente no liberalismo econômico, onde a ação econômica é entendida como o fundamento da sociedade. Em Durkheim, a divisão do trabalho é o principal mecanismo de sustentação da ordem social [...]. Deste modo, tem-se que para Durkheim, as sociedades primitivas são aquelas em que ainda prevalece a solidariedade mecânica, enquanto que as sociedades modernas compartilham de uma solidariedade orgânica derivada da divisão do trabalho. Percebe-se, portanto, que o entendimento social de Durkheim se insere no contexto das ideias evolucionistas que se disseminaram no século XIX (NARDI, 1993 p. 57).

Neste sentido podemos perceber a preocupação de Nardi (1993) com relação a tentar explicar os estágios de desenvolvimento da solidariedade social que muitas vezes são consideradas primitivas as mais complexas do que as sociedades modernas. Na sua explicação, Nardi traz a obra de Durkheim, “Etapas do Desenvolvimento Econômico”, citado por Rostow, (1971, apud Nardi, 1993, p. 58) dizendo que é possível enquadrar todas as sociedades dentro das categorias seguintes: as sociedades tradicionais, as que estão marchando para maturidade e que têm uma estrutura limitada de produção de pequena escala que vivem da agricultura, “sendo a família e os clãs as principais formas de organização social”. Enquanto que o segundo estágio

de desenvolvimento é o período em que, para ele, as condições são favoráveis para o desenvolvimento como avanços na aplicação da ciência, o que teve o seu início nos séculos XVII e XVIII no mundo dito ocidental. E neste mesmo período que Rostow (1971) afirma que “nasceram bancos, as instituições financeiras, infraestrutura, investimentos em transporte e educação”.

Este estágio de desenvolvimento não passou despercebido pela elite política guineense de fazer nascer as instituições financeiras, transporte e educação. Isso podemos constatar na íntegra na obra de Cateia (2018) sobre a mudança estrutural em Guiné-Bissau,

Em relação às reformas do setor financeiro, vale notar que o Banco Central guineense era encarregado da política monetária logo após a independência. Anos depois, em meados da década 1980, foi criado o Banco Internacional da Guiné (BIG), tornando-se o maior banco privado nacional, “com dois escritórios em Bissau e sucursais em Bafatá e Gabú, no leste do país, e em Canchungo, no norte”. Esse banco, juntamente com o Banco Central, fazia parte das instituições que formavam o sistema financeiro nacional com capital local em fusão com capital português; os demais eram bancos portugueses ou instituições financeiras estrangeiras (CATEIA, 2018, p. 114).

Vale ressaltar que o transporte e a educação foram contemplados nessas criações, mas infelizmente que nenhum destes manteve-se em pé a não ser um sistema educativo com falhas e carências profundas.

A terceira fase, *o arranco*, é para o autor o período em que as “resistências ao desenvolvimento” são enfim superadas. Neste período “tem-se um elevado surto de evolução tecnológica, tanto na indústria quanto na agricultura”. Com base nestas fases, a Guiné-Bissau engendraria ritmos de crescimento econômico autossustentados, mobilizando também esforços para promover políticas sociais.

O principal objetivo nesta fase era de promover um desenvolvimento econômico endógeno, que diminuiria a dependência do país com o exterior. Para tanto, acreditava-se que era preciso aperfeiçoar a tecnologia da produção agrícola para atender a demanda doméstica e a exportação, e gerar a divisas provenientes, sobretudo, dos impostos de exportações e que teriam duplas funções, a saber: (i) seriam realocadas no combate à pobreza e (ii) evitariam o constrangimento externo, à medida que são destinadas para saldar os compromissos externos e diminuem a demanda por empréstimos externos e internos (CATEIA, 2018, p. 115).

Para situar melhor, trazemos a quarta fase designada a “marcha para a maturidade” que corresponde ao estágio em que a economia supera a expectativa para além das indústrias. Rostow (1971) considera que “a partir do arranco desta fase é necessários cerca de sessenta anos para que uma sociedade chegue à maturidade”.

No caso da Guiné-Bissau, me parece um exagero dizer que para uma sociedade chegar à maturidade faz-se necessário cerca de 60 anos pois não há, ao meu ver, uma lógica matemática de maturidade para uma sociedade atingir esses anos, isso depende do engajamento e planos

estratégicos implementados por uma determinada sociedade. Para se amadurecer num período de curto, médio e longa duração, é fundamental considerar a sua capacidade técnica, financeira e humana.

Assim sendo, a poderosa noção do desenvolvimento perpassa a dimensão da “vida política e social no mundo ocidental, pois a grande parte dos estudos em ciências sociais são de alguma maneira das questões relacionada do desenvolvimento”. Além de enquadrar todas as sociedades dentro de principais categorias. Carvalho (2014) considera atualmente,

os países em desenvolvimento estão sofrendo uma enorme pressão, por parte das nações desenvolvidas e das políticas internacionais de desenvolvimento controladas pelo *establishment*, para adotar uma série de “boas práticas” e “boas instituições” destinadas a promover o desenvolvimento econômico que visam buscar uma via diferente ao que até então os países “influentes” estabeleciam como único caminho para o progresso, caminho que não poucas vezes esses mesmos países deixaram de seguir em seu desenvolvimento (CARVALHO, 2014, p. 81)

Isso mostra que os países ditos desenvolvidos nunca vão deixar de pressionar e interferir nos assuntos internos dos países dominados para tirarem o proveito das suas fragilidades institucionais e continuando a estabelecer os caminhos de desenvolvimento que eles deixarem de seguir. Robert Nisbet (1969, apud Nardi, 1993 p. 49) entende que a própria “noção de desenvolvimento não deve ser encarada como um conceito rígido, passível de ser provado e explicado por meio da racionalidade científica, mas sim como uma metáfora”.

Isso significa também que o termo desenvolvimento não tem uma explicação científica para ser conceituado de uma única forma, porque o próprio termo tem vários significados e interpretações. Assim, pode ser entendido como o processo de evolução, crescimento e mudança de um objeto, pessoa ou situação específica em determinadas condições.

Também pode ser entendido com a condição de evolução que sempre tem uma conotação positiva já que implica num crescimento, passo para etapas ou estágios superiores. No outro lado podemos perceber que desenvolvimento é um discurso situado em espaço e tempo específicos, capaz de criar um conjunto de pensamento e ação política, que permitiu a criação de certos conceitos, teorias e práticas ao longo da história (NARDI, 1993, p. 49).

Por isso, decidimos trazer o discurso da modernização que dominou o debate os teóricos na agenda política do século XX, o que não só a única voz sonante na época, onde houveram muitas críticas e alternativas levantadas entre a teoria de dependência que foram “desenvolvidas nas regiões ditas periféricas do mundo”.

Nardi (1993) considera que a teoria da modernização supõe que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento sejam uma diferença interna dos países, que existe entre os países em diferentes estágios em relação ao processo de evolução. Enquanto que “a teoria da dependência entende essa classificação como algo racional”.

Assim sendo, esta perspectiva entende que todas as sociedades têm que passar pelos mesmos estágios de evolução, pois aquelas vistas como “atrasadas” precisam seguir os mesmos caminhos que os países desenvolvidos adotando os mesmo recursos e medidas, tais como o investimento, a integração ao mercado global e a tecnologia.

No entanto, fizemos questão de trazer os teóricos da dependência que têm uma concepção diferente para refutar a ideia do estágio de evolução e argumentando que os países periféricos não são versões “primitivas” dos países desenvolvidos. Isso acontece só porque esses países apresentam as suas características particulares e os condicionamentos estruturais (MARCO, 1972 apud NARDI, 1993, p.61).

Dito isto, percebemos logo “as primeiras manifestações dos teóricos da dependência estrutural dos países pobres em relação aos países ricos” através da obra de Raúl Prebisch, (1949, apud Nardi, 1993). A Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), cria o ambiente institucional onde Prebisch “lançara um dos primeiros trabalhos sobre a relação desigual do comércio internacional e seus efeitos sobre os países periféricos”. Como essa dependência dos países pobres, na verdade os países ricos vão continuando a tirar proveito e deixando-os na condição de pobreza.

Isto levou Nardi (1993) a dizer que a forma com a qual a divisão internacional sempre beneficiou os países centrais. Deste modo ele faz uma crítica à premissa de que a divisão internacional do trabalho seria capaz de colocar os benefícios do comércio mundial de maneira equilibrada:

A grande razão para tal acontecimento seria a deterioração dos termos de troca, conceito que se refere aos desequilíbrios gerados devido à exportação de produtos primários pelos “países periféricos”, e a importação de produtos industrializados. Como os produtos primários possuem baixo valor agregado, os “países periféricos” teriam que exportar uma quantidade enorme de produtos para compensar os gastos com as importações de produtos com alto valor agregado. Esta situação faz com que os benefícios do comércio internacional se concentrem nos “países centrais”, que por possuírem maior produtividade e tecnologia, exportam produtos de alto valor (NARDI, 1993, p. 62).

No entanto, percebemos que é urgente para esses países ditos periféricos tomarem medidas e novas formas de importar os seus produtos, ou seja, criar condições necessárias para transformar os seus recursos para potencializar os seus países, em vez de deixar os “países centrais” explora-los, porque nunca vão criar as condições necessários para o desenvolvimento desses países que tanto roubam deles.

Neste sentido trazemos o pensamento desenvolvimentista que cresceu na “periferia” durante as décadas de 50 e 60 para ilustrar a forma determinada e o caminho necessário para promover o desenvolvimento e a modernização nestas zonas desfavorecidas. Assim sendo,

Prebisch (1949, apud Nardi, 1993) bem como “o brasileiro Celso Furtado e outros cepalinos que defendiam um projeto de modernização através do modelo de substituição de importação”.

Apesar destes autores destacaram o projeto de modernização como modelo alternativo de substituição de importação, no caso guineense, recentemente as elites políticas guineenses organizaram a mesa redonda em Bruxelas para mobilizar os fundos e financiar o projeto estratégico de modernização de dez anos. Isto possibilitaria um arranco para que o país possa ter uma capacidade de transformar o seu potencial para substituir importação, pois o país gasta mais do que produz.

Apesar de tanto esforço das elites para materializar tão almejado desejo de todos os guineenses a ver todos projetos a serem implementados, mas enfim, tudo não passa de um esforço sem sucesso, porque os parceiros internacionais não disponibilizaram as verbas prometidas para sua execução alegando instabilidade política do país. Com isso, percebemos que os países ditos centrais nunca vão querer financiar esses tipos de projetos ambiciosos que podem tirar esses países na situação que se encontram e deixarem de depender deles.

Sendo assim, os teóricos da dependência, como Gunder Frank e Samir Amim, mostraram “que este projeto não seria suficiente para acabar com a situação de atraso e dependência dos “países periféricos” em relação aos países centrais”. Porque o desenvolvimento dos países ricos, é crucial para a permanência do subdesenvolvimento na periferia, pois é através das trocas desiguais que acontecem na extração do excedente produzido na periferia, que para estes teóricos da dependência considera “como uma espécie de exploração internacional”.

Mas é claro que nunca esses países centrais vão desejar o desenvolvimento dos países periféricos, desde que as suas economias são sustentadas por esses países periféricos. O que Stiglitz (1999, apud Carvalho, 2014, p. 82) vê como uma atitude de se “buscar alternativas próprias para o desenvolvimento”

E a constatação de que muitas vezes os países desenvolvidos tentam “chutar a escada” dos países não desenvolvidos, tentando aplicar a eles políticas e instituições que eles mesmos não utilizaram, não pode ser um fato que restrinja o reconhecimento de que existem práticas internacionais que podem ser aplicadas localmente em benefício de suas populações (Carvalho, 2014, p. 82).

Isso significa que os países periféricos têm que adotar o modelo de desenvolvimento que considera a participação do Estado como fundamental para promover projetos que atraem “a acumulação de riqueza interna e resistindo às pressões do capital internacional” para interferirem nos seus projetos que podem projetar o país para uma política de independência.

Apesar de algumas críticas sobre as alternativas de teoria de dependência, o século XX fez se tornar possível “a noção de mudanças sociais como base para compreensão da ideia de evolução de uma sociedade primitiva para a sociedade moderna o que fez com que o pensamento do desenvolvimento se tornou o discurso dominante”.

Deste modo, trazemos o conceito de desenvolvimento, buscando trabalhar como este enquanto fenômeno global, transcendendo as políticas internas dos Estados e transformando-se numa preocupação mundial e temática central nas discussões sobre governança global.

Muito embora a noção de desenvolvimento tenha raízes em um passado mais distante, como é destacado nos trabalhos de Nisbet (1969, apud Nardi, 1993), foi “no século XX que o mundo fora sistematicamente dividido em nações desenvolvidas e subdesenvolvidas, e o fenômeno da pobreza passou a ser tratado de uma maneira bastante particular”.

Especificamente a período pós Segunda Guerra mundial é que marca a chegada do desenvolvimento de maneira mais marcante no pensamento político e social. De acordo com Escobar (1995) foi justamente a maneira de lidar com o fenômeno da pobreza no contexto pós Segunda Guerra Mundial que possibilitou a emergência do discurso do desenvolvimento em escala global [...]. Nos anos 50, apareceu a ideia de três mundos, países industrializados (primeiro mundo), países comunistas (segundo mundo) e países não industrializados (terceiro mundo), já estava estabelecida como a principal referência por meio dos qual o mundo era compreendido (NARDI, 1993 p. 66 – 67).

Essa ideia de três mundos é de fundamental importância para entender a configuração geopolítica da Guerra Fria que inaugurou a disputa ideológica das maiores forças mundiais entre os Estados Unidos e a União Soviética.

O contexto de Guerra Fria foi sem dúvida um dos fatores mais importantes para que a estratégia do desenvolvimento ganhasse maior ímpeto no cenário político mundial. A rivalidade entre o mundo ocidental e a ameaça comunista admitiu que a política do desenvolvimento se consolidasse de maneira mais efetiva, inicialmente como um plano de reconstrução da Europa e posteriormente na direção do Terceiro Mundo (NARDI, 1993, p. 67 – 68).

Pelo contrário, essa estratégia do desenvolvimento afetou profundamente o continente africano e continua a empobrecê-lo, ameaçando a paz social, política e econômica para o desenvolvimento. Nesta reconstrução dos países do “Terceiro Mundo”, a Sociedade Civil e o Estado da Guiné-Bissau propuseram

Dinâmicas, Desafios e perspectivas, a realização deste diagnóstico ocorreu num momento em que a Guiné-Bissau celebra vinte anos de abertura política ao multipartidarismo, decorrente da terceira vaga democrática que teve lugar nas sociedades pós-coloniais, consagrando igualmente a liberdade de associação para além do aparelho do partido-Estado e o reconhecimento oficial de modalidades de participação que legitimam juridicamente a existência da sociedade civil. Desde então, o Estado guineense lançou-se em profundas transformações políticas, econômicas, sociais e culturais que influíram na definição, afirmação e formas de construção do que é designado de Sociedade Civil nacional e, consequentemente, as suas lógicas e âmbitos de situação (BARROS, 2014, p.15).

Neste contexto, diante duma situação económica e social em crise, o Estado guineense resolveu levar a cabo as suas ações interventivas nos domínios considerados de prioridade, tais como a saúde e a educação. Ao mesmo tempo,

A perda da capacidade económica e do poder de compra das famílias, fruto do empobrecimento da classe média, desestruturou as relações de equilíbrio mantidas até então. Foi exatamente na década 90 que o Estado liberalizou os setores da saúde e do ensino, consagrando uma lógica comercial em sectores vitais que eram até então uma bandeira da luta pela independência e uma das maiores conquistas do Estado pós-independentista. A liberalização do setor da educação, por exemplo, resultou de imediato numa onda de contestação por parte dos professores, reclamando o pagamento dos salários em atraso. Ao mesmo tempo que as famílias eram obrigadas a assumir os encargos dos setores sociais num contexto de crescente descapitalização do Estado, o país lançava-se numa reforma do regime político (BARROS, 2014, p.15-16).

Contudo, o país passou por uma série de mudanças que ocorreu no sistema de ensino e entre outras áreas. Entre 1974 e 2013, Barros vem ressaltando que apesar de certos retrocessos do país “a Guiné-Bissau também passou por vários momentos avanço económico que sempre foram cruzadas revoltas militares-políticos que deram em golpes de Estado, liderados pelas elites militares e civis, acarretando incalculáveis custos sociais, económicos, ambientais e diplomáticos”. Andrianarison (apud Barros, 2014), citando dados do Banco Mundial, defende que

A Guiné-Bissau conheceu nove episódios de crescimento negativo: em 1971 (-3,9 por cento), 1977 (-7,1 por cento), 1980 (-15,9 por cento), 1983 (-3,4 por cento), 1986 (-0,19 por cento), 1998 (-28,09 por cento), 2003 (-4,9 por cento), 2004 (-0,74 por cento), 2006 (-1,9 por cento) e 2012 (-1,45 por cento). [...]o empobrecimento maior do país, conjugado com a queda do PIB e do rendimento per capita, foi registrado em 1998 com a guerra de 7 de junho: a taxa anual de crescimento do PIB de 6,5 por cento em 1997 registrou uma quebra de 28,09 por cento em 1998, enquanto que o rendimento per capita baixou de 225,3 USD para 169,4 USD no mesmo período. Isso mostra a relação intrínseca entre a instabilidade político-militar e os indicadores económicos (BARROS 2014, p. 17-18).

Ainda Andrianarison (apud Barros, 2014) demonstra que as instabilidades políticas na Guiné-Bissau de alguma maneira causadas pelas nossas elites resultam na persistência da pobreza,

Uma vez que os fracos ganhos económicos registrados após cada período de crescimento são anulados pelo surgimento de uma crise política. Além disso, a falta de capacidade da economia para criar empregos bem remunerados e a baixa participação no crescimento nacional das áreas rurais, devido ao baixo rendimento do setor agrícola, agravam ainda mais a persistência da pobreza (BARROS, 2014, p, 17-18).

Para Ana (2012), é o Documento Nacional de Redução de Pobreza (DENARP), que define a estratégia de ação do Governo para o período 2007-2010. É um instrumento

indispensável para a retoma de iniciativas de desenvolvimento do país, mas cuja viabilização está profundamente dependente do apoio internacional. A este propósito,

A Mesa Redonda de Doadores realizada em Genebra, em novembro 2006, não garantiu os apoios necessários por parte da comunidade internacional para o relançamento do país, tendo sido apontada a instabilidade política, que se voltou a registar na Guiné-Bissau, como a principal causa para o não cumprimento das promessas (ANA, 2012, p. 88).

O anseio dos parceiros da Guiné-Bissau sobre a política do desenvolvimento é fundamento ao nível estratégico para reduzir a pobreza, mas que o elevado nível de insegurança humana e as consequências negativas das ações das nossas elites fazem com que os parceiros da Guiné continuem a ter motivos para justificarem a falta de cumprimento das suas promessas.

Vale lembrar que a Guiné-Bissau é um dos países com o índice de desenvolvimento humano mais baixo no mundo.

A Guiné conhece atrasos consideráveis e alguns dos progressos afiguram-se muito frágeis. As debilidades do capital físico, humano e social que caracteriza o país, são apontados como fatores explicativos da situação atual. Afim de contribuir verdadeiramente para atingir os ODM [Objetivos de Desenvolvimento do Milênio], a mobilização de recursos externos deverá estar associada a profundas mudanças nas políticas e na governação, com o Estado a assumir a *apropriação* do seu desenvolvimento (ANA, 2012, p. 88).

Com os atrasos observados através das fragilidades do capital humano, social e físico como fatores que acarreta a situação atual dos país. Isso fez com que trazer alguns dados recentes do FMI para mostra que as nossas elites outro ora elas recebem ajudas dos organismos internacionais e que FMI concluiu que os países da África Subsaariana que beneficiam do programa de Redução da Pobreza e da Facilidade de Crescimento do mesmo,

Como é o caso da Guiné-Bissau, utilizaram apenas 28% dos fluxos de ajuda entre 1999-2005. Ainda de acordo com as conclusões daquele relatório e para o mesmo período, apenas 63% dos fluxos de ajuda para os países da África Subsaariana foram absorvidos, sendo que os restantes 37% foram utilizados como reservas. Um outro relatório do PNUD sobre esta questão refere que a Guiné-Bissau tem as taxas mais baixas de absorção e o nível mais elevado de reservas (estimadas em meses de importação), apontando para a necessidade de melhoria da capacidade de absorção da economia, pois a prática continuada de acumulação excessiva de reservas poderá vir a tornar-se um entrave à mobilização de recursos (ANA, 2012, p. 89).

Para o mesmo, “a criação de uma plataforma de gestão da ajuda poderia contribuir para reforçar a afetação, utilização e controle da ajuda à Guiné-Bissau, disponibilizando o seu acesso aos doadores, às agências especializadas e aos ministérios”.

“A Comissão Europeia é conhecida pelas nossas elites como maior doador multilateral da Guiné-Bissau, tendo dado prioridade à reforma do setor de segurança e defesa, à recuperação económica e ao apoio ao orçamento”.

No quadro do IX Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) para o período de 2002 a 2007, o país beneficiou de 80 milhões de Euros dirigidos essencialmente ao setor



das infraestruturas e transportes e boa governação. O Fundo Monetário Internacional, outro parceiro da Guiné-Bissau. Tem registado sinais encorajadores a nível de alguns indicadores económicos, mas reconhece que dadas as características do país, marcado por contínua instabilidade política, fragilidade estrutural e falta de capacidade, a Guiné Bissau vive ainda para pagar dívidas, no quadro da Iniciativa dos Países Pobres Muito Endividados (HIPC), do Banco Mundial e do FMP (ANA, 2012, p. 89).

Com esses dados, podemos perceber que as nossas elites políticas dependem tanto de ajudas externas para materializar os seus projetos políticos, que muitas vezes acabam aumentando a dívida do país, sem ter a capacidade produtiva de angariar os fundos para liquidar os valores doados dos parceiros internacionais. Conforme Ana (2012) atualmente,

O programa económico do governo é apoiado pelo programa de assistência de emergência pós-conflito (EPCA) do FMI, tendo recebido a primeira tranche no valor de 2,8 Milhões de dólares em janeiro de 2008. A segunda tranche Ana (2012), no montante de 3,5 Milhões de dólares deverá ser desembolsada no último trimestre de 2008. Este programa propõe-se contribuir para restaurar a estabilidade financeira e administrativa do país e para captar importantes fundos para a ajuda ao investimento por parte de doadores internacionais (ANA, 2012, p. 90).

Contudo, observando o apoio pelo programa de assistência de emergência pós-conflito através dos parceiros internacionais, essas, perguntamos o que as nossas elites políticas fazem com essas verbas? E onde foram aplicadas estas verbas recebidas por elas? Quais investimentos elas já fizeram para poder pagar as dívidas dos valores recebidos dos seus parceiros?

Portanto, decidimos trazer os teóricos das elites ocidentais e africanos para compreender as elites guineenses, de modo geral, as suas dinâmicas e articulação sociopolítica e económica para com a sua sociedade.

## **O CONCEITO DAS ELITES E O SEU ENQUADRAMENTO NA SOCIEDADE GUINEENSE**

O conceito de Elite nasceu durante a segunda metade do século XIX, dos trabalhos de dois sociólogos italianos, Vilfredo Pareto (1840-1923) e Gaetano Mosca (1858-1941), que determinaram as minorias dominantes nas democráticas como objeto de análise mais importante para compreender como se formam e são recrutadas essas minorias organizadas que dominam uma dada comunidade.

Os defensores do conceito de elite afirmam que é praticamente sempre uma minoria que detém o poder, e que está escapa ao controle da maioria, quaisquer que sejam as instituições democráticas em vigor (NKRUMAH (2016). “A ideologia elitista é, portanto, perfeitamente ajustável à doutrina capitalista e justifica a dominação da burguesia em uma sociedade de classes”.

No contexto africano, “uma tal ideologia, ao permitir a defesa do mito da superioridade e inferioridade, inclusive na sua dimensão racial, intensifica os preconceitos raciais”. No entanto Nkrumah (2016) mostra que “o estudo das elites tem se desenvolvido, e surgiu uma multiplicidade de teorias elitistas nos últimos tempos”.

É interessante constatar que este desenvolvimento coincide historicamente com a explosão revolucionária que rebentou no mundo inteiro. Ao pretender trazer uma justificação para a continuação da explosão capitalista, os teóricos burgueses viram-se obrigados a aproveitar a doutrina elitista, porque nenhum argumento racional podia justificar a cruel irracionalidade do capitalismo NKRUMAH, 2016, p. 43).

Para falar do poder como instrumento que a minoria usa para manipular e controlar a massa, Nkrumah começou por dizer que o século XIX foi muito crucial, ao ponto que a burguesia, que acabava de arrancar o poder político das mãos da aristocracia Europeia, via-se, por sua vez, ameaçada por uma classe operária cada vez mais ativa e imbuída dos princípios marxistas”.

O mesmo queria demonstrar que teria sempre uma elite que detém o poder e que um movimento estaria sempre nas suas mãos e que são vistos como os mais inteligentes e capazes de assegurar o poder. “Um dos principais fundamentos da teoria elitista pretende que o poder gera o poder e que, no que diz respeito à política, as massas são apáticas, submissas e indiferentes” (NKRUMAH, 2016, p. 43).

Nessa visão de Nkrumah podemos perceber o poder nunca sairá nas mãos da minoria, pois em todo custo elas vão lutar para mantê-lo e continuar a exercê-lo. Para isso, trazemos o mesmo, para reforçar a sua ideia quanto ao poder e quem exerce esse poder. Segundo ele os “pluralistas, o poder não está nas mãos de uma elite, mas de um conjunto de elites.

Relacionado com esta ideia, “surge o conceito de consenso elitista ou coesão política de elites, que são o resultado do desenvolvimento e da formação de uma classe burguesa” (NKRUMAH, 2016, p. 44).

No contexto africano, Nkrumah afirma que “a burguesia africana é formada por elites europeizadas, pois na época colonial, a elite era constituída por aqueles que estavam na direção dos conselhos legislativos e serviços administrativos, ou nas profissões jurídicas, médicas, ou ainda aqueles que desempenhavam altos cargos no exército e na polícia” e, que posteriormente a sua posição política, econômica e social foi reforçada após a independência.

Na Guiné-Bissau, o mesmo aconteceu, onde o poder se concentrava nas mãos das elites cabo-verdianas que administrava o país e que aplicaram a exclusão entre “civilizados” e “indígenas” (REGNA, 2017, p. 31). Foi também neste exato momento que surgiram o que

Nkrumah chamou de os “novos ricos do partido”. É uma elite que se cresceu no seio do próprio partido e que lutou para tomar a independência política nas mãos dos invasores portugueses.

O observamos que depois das independências para Nkrumah “as tendências de direita e de esquerda entraram em conflito, porque, uma vez conquistada a independência e o partido no poder, os elementos de direita não ambicionavam senão seu enriquecimento pessoal”.

Apesar das causas que os motivaram a aderirem a luta e estes acabaram deixando de lado o objetivo maior de desenvolver o país, pelo qual muitos deixaram os seus familiares para ter um país livre de opressão e melhor para todos os seus filhos viverem num ambiente harmônico, solidário e de respeito mútuo para com todos.

Nessa observação percebemos que a nossa elite política não passa de ser a mesma, ou seja, das aquelas que nunca se pensou no desenvolvimento do país, porque a situação atual que se vive no país mostra bem claro que os interesses pessoais sempre vêm em primeiro lugar.

Mas é urgente pôr fim a esse comportamento, que em nenhum lugar podemos chegar a não afundar o país e adiar o futuro dos inocentes, por causa das pessoas que não merecem os nossos votos de confiança para desenvolver o país que tem tudo para se desenvolver com uma elite que tem em mente o compromisso e plano do desenvolvimento sustentável, socioeconômico e político do país.

Lamentável é o caso da Guiné que o enriquecimento pessoal é normal na sociedade, como muitos dizem, se uma pessoa for nomeada a um cargo público, essa pessoa tem que aproveitar, para depois de ser demitido do cargo e que tenha alguma coisa de valor para com sua família beneficiar dela, como a pessoa que trabalhou e soube aproveitar tudo que está no seu alcance.

Percebemos que este sistema vicioso de pessoas desse jeito, precisamos pôr fim a esta situação de pensar no eu, pois o a Guiné não precisa dessas pessoas que roubam dela, mas sim das que agem com boas ações e acreditam numa Guiné melhor que dará o melhor para com todos

Desta forma, trazemos os dois projetos estatais de desenvolvimento para analisar e pensar o que tem neles para lançar o país na trilha do desenvolvimento.

## **ANÁLISE DE DOIS PROJETOS ESTRATÉGICOS DE DESENVOLVIMENTO DA GUINÉ-BISSAU: TERRA RANKA E MON NA LAMA**

Os projetos estratégico e estatais da guiné que são considerados aposta de as elites guineenses para reconstrução e desenvolvimento do país para garantir as melhores condições socioeconômica, política e sustentável para um novo começo do país.

## **TERRA RANKA (TERRA ARRANCA)**

Quando o projeto “Terra Ranka” liderado Pelo DSP foi lançado no dia 25 de março de 2015 e apresentado como um novo começo para Guiné-Bissau. E desde as suas primeiras eleições multipartidárias em 1994 até 2014, não teve um momento tão importante de mobilização de todos os atores políticos do país e dos parceiros internacionais para um evento de caráter político que reuniu cerca de 300 participantes que apoiam o projeto estratégico de desenvolvimento do país.

Na ocasião, “um plano desenhado por guineenses e para guineenses para, até 2020, reconstruir o país, consolidar as instituições democráticas e lançar as fundações para a estabilidade e desenvolvimento socioeconômico sustentável”.

O evento que foi “aberto pelo Sr. Neven Mimica, Comissário Europeu para a Cooperação Internacional e Desenvolvimento, pelo Sr. José Mário Vaz, Presidente da República da Guiné-Bissau, pelo Sr. Macky Sall, Presidente da República do Senegal e a mensagem do Secretário-Geral das Nações Unidas que foi lida pelo Sr. Jeffrey Feltman, Secretário-Geral Adjunto das Nações Unidas”.

O pacote financeiro era assinalável a dimensões dos desafios, podemos até dizer, mas os parceiros internacionais anunciaram compromissos que o superarão. Falamos de um esforço de 1,3 mil milhões de euro, se todos os parceiros cumprirem as suas promessas, com o Banco Mundial a anunciar 250 milhões, as Nações Unidas 300 milhões e a União Europeia 160 milhões levantadas que estão as últimas sanções ao país (FERRO, 2015).

Além disso, “apresentaram os seguintes: governação e paz, infraestruturas, industrialização, desenvolvimento urbano, desenvolvimento humano e biodiversidade são as áreas estruturantes e que não surpreendem os espetadores interessados no país”.

As prioridades estão identificadas e resultam de um autodiagnóstico cuidado e de um diálogo com múltiplos autores: estabilidade e paz são assumidas claramente como pré-requisitos para tudo o resto, reconhecendo que desenvolvimento sem segurança não é possível, e que segurança sem desenvolvimento é apenas temporária (FERRO, 2015).

Claro que, qualquer que seja o país que almeja ter um desenvolvimento precisa de estabilidade, paz e segurança como elementos fundamental para atrair o investimento e garantir uma governança capaz de assegurar o desenvolvimento sustentável.

Para Ferro, há por todo lado uma enorme crença num novo começo do país e no que o desenvolvimento económico possa trazer um programa de desenvolvimento de caráter agroindústria e que será desenvolvido nas pescas, no turismo e na exploração transparente dos recursos minerais do país, que gerará empregos, receitas e confiança no futuro. Levando em

consideração o “capital humano” no centro e a ser aproveitado, quer na sua diáspora quer no país.

Por outro lado, as infraestruturas de água e saneamento, de energia elétrica, de saúde e educação mais do que prioritárias são urgentes; a boa governação e o regular funcionamento das instituições farão o que faltar. Tudo isso com as pessoas no centro e a protagonizarem o projeto de desenvolvimento.

Os participantes assinalaram os resultados encorajadoras obtidos pelo Governo da Guiné-Bissau na execução do programa em três fases, incluindo os planos de Emergência, Contingência e Desenvolvimento que tinham sido adoptados por unanimidade pela Assembleia Nacional

Louvaram ainda a melhoria do fornecimento de serviços básicos à população, o pagamento de salários atrasados, o sucesso da campanha agrícola, bem como as medidas tomadas para melhorar a gestão das finanças públicas e a mobilização de recursos financeiros, reforçar o estado de direito e lutar contra a corrupção. (...) na Conferência os parceiros afirmaram o **apoio** contínuo por parte da comunidade internacional às autoridades da Guiné-Bissau no seu empenhamento. A conferência acolheu igualmente a retoma da plena **cooperação** por vários parceiros, apelou a novos parceiros e doadores a juntarem-se a este esforço, e sublinhou a necessidade de se respeitarem os princípios da eficácia da ajuda tal como delineado na Declaração de Paris, na Agenda de Ação de Accra e a Parceria de Busan para uma Cooperação Efetiva para o Desenvolvimento. (ROCHA, 2016)

Assim sendo, podemos perceber a posição dos parceiros internacionais da Guiné-Bissau na conferência quando afirmaram o apoio e o retorno pleno de cooperação para o desenvolvimento. O projeto “Terra ka Ranka” (país não arrancou), há vinte meses a Bruxelas acolheu a conferência internacional dos parceiros da Guiné-Bissau “Terra Ranka”.

No final do encontro da mesa redonda (do lançamento de Terra Ranka ou de Terra ka Ranka), os parceiros internacionais decidiram logo e assumiram compromissos financeiros, sobretudo porque a Guiné-Bissau enfrentava um momento crucial após anos de instabilidade política. “Um ano e oito meses depois, em 2016, os mais de mil milhões de euros prometidos não estão a ser direcionados para execução do “Terra Ranka”, devido à instabilidade política em que a Guiné-Bissau se encontra mergulhado”.

### **MON NA LAMA (MÃO NA LAMA)**

“*Mon na Lama*” o projeto do presidente da República da Guiné-Bissau Jomav que apostou na agricultura como alavanca para o desenvolvimento do país. Durante encontro com jornalistas, o presidente falou dos objetivos do projeto “Mon na Lama”, de cultivo de arroz já em fase de execução em Calequisse, sua aldeia natal.

O projeto que faz parte da sua ambição para o país e que, em campanhas eleitorais, tinha prometido ao povo a autossuficiência alimentar, sobretudo a nível do arroz. De acordo com Santos (2017), segundo José Mário Vaz,

O objetivo do seu projeto é levar o país à autossuficiência alimentar. “Amílcar Cabral (líder da luta de libertação nacional anticolonial) tinha dito que a libertação do país do jogo colonialismo era programa mínimo. Mon na Lama significa exatamente a implementação do programa maior, que é a fase em que nós encontramos, de utilização da agricultura como um dos grandes fatores de produção para relançar a economia, criar emprego e manter a população nas suas aldeias”, afirmou (SANTOS, 2017).

Para isso trazemos Santos para nos lembrar que quando o presidente era Ministro das Finanças, responsável pelo setor das alfândegas, “a Guiné-Bissau gastava cerca de U\$\$ 50 milhões de dólares por ano na compra de arroz importado. O arroz é o produto básico da alimentação do povo guineense”.

Para ele, “importar o arroz significa o país está a criar riqueza e emprego para os países exportadores” o que nos fez perceber que é urgente que o país mude essa situação de importação desde já que o país tem o potencial agrícola para dar tudo para o seu povo e até de exportar se esses valores forem aplicados de forma racional e investido na agricultura.

Na ocasião, quando Jomav é o presidente “anunciou a presença no país de uma delegação do Fundo da Arabia Saudita, interessado em apoiar o seu projeto *Mon na Lam*”. Ainda, “anunciando no dia 21 de agosto de 2017, em Calequisse, a extensão do projeto para todos os 39 setores do país, que prevê um perímetro de 155 hectares já definidos na aldeia natal dele”. Ao mesmo tempo anunciando que no mesmo ano a sua equipa conseguiu cultivar mais de 50 hectares dos 155 previsto, devido ao início tardio dos trabalhos. Ressaltou o empenho de resultados alcançados durante 52 dias de trabalho com o apoio da comunidade. Prevê-se, no entanto, que cada hectare produza quatro a cinco toneladas de arroz (CAMARA, 2017, p. 1).

Isso nos fez crer que houve um avanço significativo do projeto Mon na Lama, sobretudo quando o projeto agrícola do Presidente da República, depois de ganhar maior dimensão e deixou de ser projeto público para Fundação Mon na Lama. O ato de oficialização da fundação aconteceu no dia 15 de setembro de 2017, em Calequisse, depois da sua escritura pública pelo conservatório notarial de registro civil da região de Cacheu, norte do país.



Fonte: O democrata, presidente Jomav e funcionário conservador-notário da região de Cacheu, 17/09/17

Segundo Vítor da Silva referido pelo Sambú (2017), “após a assinatura do documento que dá personalidade jurídica à Fundação, o Presidente assume o documento como um dos mais importantes da sua vida que recebeu do conservador-notário da região de Cacheu”. Neste sentido, o Presidente visa “afastar qualquer hipótese segundo a qual a Fundação Mon na Lama pretende obter qualquer lucro”,

Mas sim apoiar os guineenses na luta contra a pobreza. Para isso, convida a todos os guineenses e parceiros tanto nacionais como estrangeiros para juntos contribuírem para que o país possa resolver o mais rápido possível o problema da autossuficiência alimentar (SAMBÚ, 2017).

O mesmo mostra que Jomav com base nessa preocupação que “decidiu enviar jovens para Portugal, Mali, Mauritânia, Senegal, Costa do Marfim e até ao Brasil para serem preparados e assumirem a responsabilidade de autossuficiência alimentar na Guiné-Bissau”.

Assumindo que ele “não é homem de palavra, mas sim de ação, convidando a todos os parceiros, nacionais, internacionais a contribuírem no sentido de construir e ajudar o país neste momento tão difícil, na criação de riqueza e emprego” (SAMBU, 2016).

Com base nas nossas leituras percebemos que os projetos não conseguiram ser executados simultaneamente e nem se quer um teve o seu início como podemos notar lá supracitado que depois de ganhar maior dimensão deixou de ser projeto público para Fundação. Para isso, vem a nossa ansiedade de saber o porquê que um foi implementado e o outro não?

## **AS ORIGENS DO IMPASSE NA EXECUÇÃO DE DOIS PROJETOS ESTATAIS DE GUINÉ-BISSAU**

Em qualquer situação de discórdia entre dois ou mais ideias, o que vem nas nossas cabeças é algo que não está bem entre as partes para chegarem num acordo, ou seja, ter uma única ideia que pode ajudar a calmar as tensões que ali se encontra. Deste modo, partimos de

pressuposto de trazer alguns indicadores ou as visões estratégicas de execução dos dois projetos em discussão.

Para Pires (2016), no seu trabalho “Guiné-Bissau: Mon na Lama versus Terra Ranka”, ele propõe uma avaliação dos dois projetos.

Parece-me pode haver uma abordagem mais profunda relativamente à crise institucional em curso na República da Guiné-Bissau (RGB), que extravasa em muito as simples análises que se concentram sobretudo nas rivalidades pessoais entre o Presidente José Mário Vaz e o ex-Primeiro Ministro e líder do PAIGC, Domingos Simões Pereira, bem como os perfis psicológicos de ambos. (PIRES, 2016, p. 1).

Com base nesta análise, podemos notar que independentemente das suas diferenças pessoais, eles têm os seus pontos de vista diferentes quanto ao desenvolvimento do país.

Portanto, Pires vem ressaltando “a necessidade de recuar no tempo para entender melhor a ideia do presidente Jomav, durante o Governo de Carlos Gomes Jr, em 2011, Jomav foi o seu Ministro da Economia e das Finanças e desde então iniciou a ter a consciência do projeto de desenvolvimento agrícola, cujo nome é Mon na Lama”. A base central deste projeto,

Assenta na cultura de arroz, cujo mão na obra será essencialmente juvenil, forma de combater a altíssima taxa de desemprego que assola o país, nomeadamente na faixa etária entre os 15 e 35 anos, esta foi a forma concebida pelo Presidente da República para conseguir uma autossuficiência alimentar para o país, bem como estimular o emprego jovem. O contrário sensu, Domingos Simões Pereira tem uma visão mais industrial e tecnológica relativamente ao desenvolvimento do país e concebeu mais recentemente o projeto Terra Ranka, Terra Arranca, em português, baseado na industrialização do país e na exploração de recursos naturais, como a bauxite, as areias pesadas, petróleo e gás natural. (PIRES, 2016, p. 1).

Sendo assim, é compreensível perceber e ter as primeiras pistas no que norteia a nossa pesquisa, como base as possíveis razões que estiveram no desentendimento de Jomav e de DSP na execução dos dois projetos. Conforme Pires, o problema fundamental do *Mon na Lama*, é a estrutura pre-feudal da agricultura Bissau-guineense,

Ou seja, quem trabalha as bolanhas (arrozais), fá-lo à mão, sem ter a ajuda se quer de um boi, vaca ou jumento para puxar o arado. Este fato sinaliza de imediato que a aposta no desenvolvimento agrícola, por fundamental que seja, verá resultados práticos de forma lenta. É aqui que o Terra Ranka poderá fazer a diferença e incluir no seu processo de industrialização, também a atualização e mecanização da agricultura local (PIRES, 2016, p. 2).

Apesar desta observação, pode-se notar que o *Mon na Lama* já está a ser implementado como experiência, na zona norte do país, onde, para o Presidente, “é o mais fácil, porque conhecia melhor as pessoas, as bolanhas abandonadas, tem mais influência, é mais escutado e respeitado, etc. Uma vez que para a concretização do *Terra Ranka*, é fundamental que haja uma estabilidade institucional do país, uma paz, uma segurança e que a “Mesa Redonda” (União Europeia), canalize finalmente para Bissau os seus milhões”,



No total serão uns 1,3 mil milhões de euro. Para se situar, mil milhões foi quanto custaram os nossos 2 submarinos! Este é outro aspeto que separa José Mário Vaz de Domingos Simões Pereira. O segundo, dá uma crescente importância à Mesa Redonda, já que esta será a solução para a implementação do seu projeto, enquanto que o Vaz acha que se estará a hipotecar o país com mais dívidas e dependente de vontades exteriores, já que, como se sabe, nem tudo se paga em dinheiro. Isto é “fácil” (PIRES, 2016, p. 2).

Pires (2016) para ele “parece que ambos os projetos são compatíveis e sobretudo, complementares, só que Domingos Simões Pereira queria iniciar a industrialização do país com a extração de recursos naturais”. Pois reflita sobre a possibilidade de iniciar essa industrialização através da agricultura e renovação do respetivo parque de máquinas, aliás inexistente. Por outro lado, José Mário Vaz, aposta que a agricultura pode projetar a Guiné-Bissau na senda do desenvolvimento sem necessidade de exploração do seu petróleo, bauxite, fosfato e outros recursos naturais.

Para isso, podemos perceber que as elites guineenses não têm cultura de diálogo, mesmo nas coisas simples que podem ser discutidas e encontrar uma saída que beneficiam a todos, elas preferem entrar em contendas que não têm nenhuma importância para o desenvolvimento do país e muitas vezes acabam levando o país numa situação de tensão político.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir das leituras que fizemos sobre o desenvolvimento, concluímos que não há uma definição exata ou correta desta noção até porque ela foi criada pelo mundo ocidental e criticada por vários autores. Por isso, não pode ser um conceito universalizado que levaria a pensar que todos os países têm que passar pelo mesmo processo para serem considerados desenvolvidos e os que não passaram pelos mesmos estágios serão considerados subdesenvolvidos, ou em outras palavras, reunidos na categoria “terceiro mundo”.

Apesar das críticas, o discurso da modernização se tornou dominante nos debates teóricos e na agenda política internacional em meados do século XX. Sobretudo, o modelo alternativo de substituição de importação veio a ser considerado como o projeto de modernização destacado pelos autores. Observamos no caso guineense, o esforço das elites políticas para mobilizar fundos para financiar o projeto estratégico de modernização para substituir importação e reduzir gastos. Infelizmente, o projeto não se concretizou porque os parceiros internacionais não disponibilizaram a verba, alegando instabilidade política no país.

Mas isso nos faz pensar que os parceiros internacionais nunca vão querer financiar um projeto do tipo da Guiné-Bissau que poderia tirar o país da situação que se encontra e deixar de depender deles, ou como diz Stiglitz (1999, apud Carvalho, 2014, p. 82) “chutar escada”. Isso quer dizer que os países ditos desenvolvidos nunca vão querer que os outros cheguem ao mesmo nível que eles, sempre vão lutar para atrapalhar os outros e continuar a depender deles.

Porque o desenvolvimento dos países ocidentais é o ponto crucial para a permanência do subdesenvolvimento dos “países periféricos”, através de exploração internacional, do intercâmbio desigual e de extração do excedente produzido na “periferia” para manter as suas economias. Essa estratégia do desenvolvimento afetou profundamente os países africanos e ameaça à paz social, econômica e política.

Por um lado, percebemos que, entre 1974, depois da independência da Guiné-Bissau, e 2013, o país passou por vários momentos de crescimento económico que foram travados pelas crises políticas e militares lideradas pelas elites civis e militares e levando o país a ter custos incalculáveis. Isso se deve a um país frágil do capital humano e social como fatores explicativos da situação atual.

Do outro lado, percebemos que as elites são o resultado da formação de uma classe burguesa. A formação da burguesia africana é formada por elites europeizadas, constituída por aqueles que estavam nos serviços administrativos e que desempenhavam altos cargos. No caso guineense, vale destacar que depois da luta de libertação o poder estava nas mãos das elites cabo-verdianas. Uma elite que se desenvolveu no seio do próprio partido, as que Nkrumah, (2016) chamou dos “novos ricos do partido” e que ambicionavam o seu enriquecimento e acabaram deixando de lado o projeto maior de desenvolver o país.

Para essa discussão, partimos da análise de dois projetos governamentais: o projeto *Mon na Lama*, com foco na agricultura bissau-guineense considerada de estrutura pre-feudal, e o projeto *Terra Ranka* que é de industrialização e mecanização da agricultura local. Conforme Pires (2019), os projetos podem ser considerados compatíveis e complementares. Mas pela forma que os dois líderes queriam iniciar a implementação destes dois projetos, acabaram entrando em choque. O que nos leva a entender a posição das elites guineenses que, diante de tudo que passou no país, não têm a cultura de diálogo para lidar com as situações adversas.

Para tanto, concluímos que é urgente para os países considerados em desenvolvimento, buscar alternativas próprias e uma verdadeira autonomia, partindo de experiências externas e adaptando-as internamente para poder trazer resultados benéficos para estes países e suas populações.

## REFERÊNCIAS

- BARROS, Miguel de. **A sociedade civil e o estado na Guiné-Bissau**: Dinâmicas, desafios e perspectivas, out. 2014. Disponível: <<<https://bit.ly/2jqDÍrg>>>, acesso em 23/08/2019.
- CAMARA, Sene. Projeto 'MON NA LAMA': Jomav Cultiva Cinquenta Hectares De Arroz Para Apoiar Auto-Suficiência Alimentar No País, agost. 2017. Disponível em:<<<https://bit.ly/2MJEjVE>>>, acesso em 23/08/2019.
- CATEIA, Júlio Vicente, Igor Castellano da Silva, and Júlio Eduardo Rohenkohl. "A mudança estrutural na Guiné-Bissau." *Textos de Economia* 21.1 (2018): 97-124.
- CORREIA, Ana. Política-segurança-desenvolvimento na Guiné Bissau. 2012.
- DOS SANTOS CARVALHO, Fagner. Pensando um mundo “ocidentalizado”. **Revista de Iniciação Científica da FFC**, v. 7, n. 1, p. 71-83, 2007.
- FERRO, Mónica. Terra Ranka, um novo começo para a Guiné-Bissau, abr. 2015. Disponível em: <<<https://bit.ly/30JVNVe>>>, acesso em 23/08/2019.
- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Plageder, 2009.
- Kwame Nkrumah, Luta de classe na África. 1 Edição. 2016
- GERHARDT, Tatiana Engel & SILVEIRA, Denise Tolfo. Métodos de pesquisa / [organizado por]; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- NARDI (1993). In: O Conceito de Desenvolvimento: origens, perspectivas e debates. Disponível em: <<<https://bit.ly/30GhaGZ>>>, acesso em 23/08/2019.
- PIRES, Raul M. Braga. Guiné-Bissau: Mon na lama versus Terra Ranka, mar. 2016. Disponível em:<< <https://bit.ly/2Lfueg3>>>, acesso em 23/08/2019.
- REGNA, Rumano, As Desputas entre as Elites Civis e militares na Guiné-Bissau; caso 7 de junho de 1998, Projeto de pesquisa BHU, Redenção, 2017.
- ROCHA, António. Guiné-Bissau: "Terra ka Ranka" (país não arrancou), nov. 2016. Disponível em: <<<https://bit.ly/2SRVW5s>>>, acesso em 23/08/2019.
- SAMBÚ, Filomeno. MON NA LAMA” PASSA DE PROJETO PARA FUNDAÇÃO, set. 2017. Disponível em: <<<https://bit.ly/2ZxS7Zo>>>, acesso em: 23/08/2019.
- SANTOS, Ivair Augusto Alves Dos. Presidente da Guiné-Bissau promove cultivo do arroz, agost. 2017. . Disponível em: <<<https://bit.ly/2Ny7cnw>>>, acesso em 23/08/2019.